

NEWSLETTER CVA



O PROTESTO DOS AGRICULTORES EUROPEUS E A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

As exigências dos agricultores por mais proteção económica, menos regulamentação e maior flexibilização da nova Política Agrícola Comum (“PAC”) levaram a um aumento de protestos em toda a Europa nos últimos meses, que se tornaram especialmente notórios nas últimas semanas.

O que começou em França como um protesto local espalhou-se pela maioria dos países europeus. Na Bélgica, mais de mil tratores bloquearam as principais vias de Bruxelas; na Alemanha, cerca de 2.000 tratores marcharam numa tentativa de bloquear o acesso ao aeroporto de Frankfurt-am-Main; em Espanha, milhares de agricultores protestaram em várias regiões, com tratores a bloquear estradas, autoestradas e o acesso a centros logísticos e portos. O desagrado dos agricultores chegou à ponta mais ocidental da Europa, onde se registaram marchas lentas de norte a sul de Portugal, com bloqueios nas principais fronteiras, mas também à Polónia, à Bulgária, à Hungria e a vários outros Estados-membros da União Europeia (“UE” ou “União”).

A raiz do problema está nas dívidas que sobrecarregam os agricultores. A isso acresce a incerteza dos resultados devido às condições meteorológicas extremas e o prejuízo de uma concorrência desleal com produtos estrangeiros bastante mais baratos. Muitos agricultores queixam-se ainda da regulamentação excessiva da UE, nomeadamente no que toca às

medidas de proteção climática, dos custos elevados e da diminuição dos rendimentos. Para além disso, a agressão Russa contra a Ucrânia veio piorar a situação, perturbando os fluxos comerciais e provocando excesso de oferta.

Mas afinal, de onde vem o descontentamento dos agricultores?

No dia 2 de dezembro de 2021, o Acordo para a Reforma da PAC foi finalmente adotado. A nova legislação entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2023 e tem como objetivo abrir caminho para uma PAC mais justa, mais ecológica e mais direcionada para os resultados.

A nova PAC tem como principais objetivos **assegurar um apoio mais direcionado para as explorações agrícolas de menor dimensão**, reforçar o contributo da agricultura para os **objetivos ambientais e climáticos** da UE e conferir aos Estados-membros **maior flexibilidade para adaptarem medidas relativas às condições locais**. Estas novas disposições especificam que cada Estado-membro deve elaborar um plano estratégico que estabeleça a forma como irá utilizar o financiamento da PAC para satisfazer as suas metas específicas.

Para além disso, a nova PAC estabelece novas obrigações para os agricultores, nomeadamente a **inclusão de regimes ecológicos** nos planos dos países da UE, de modo a incentivá-los a aplicarem práticas agrícolas benéficas para o clima e para o ambiente. Os Estados-membros terão de consagrar 25% dos seus pagamentos diretos a estes regimes.

Para receberem o apoio da PAC a que têm direito, os agricultores devem respeitar um **conjunto reforçado de nove normas benéficas para o ambiente e o clima**, designadas por boas condições agrícolas e ambientais ("BCAA") e consagradas no Regulamento 2021/2115, um dos três regulamentos de onde resulta a PAC 2023-2027.

Alguns exemplos são a BCAA 8, que exige que os agricultores dediquem pelo menos 4% das terras aráveis a atividades não produtivas, a BCAA 7, que clarifica que devem ser efetuadas rotações de culturas em terras aráveis, e a BCAA 5, que estipula que deve ser feita a gestão da mobilização do solo para reduzir o risco de degradação e erosão dos mesmos.

Os agricultores não receberam as alterações da PAC de braços abertos. Argumentam que, enquanto por um lado lhes é pedido que cultivem de forma mais sustentável, de modo a combater a crise climática que a todos afeta, por outro pedem-lhes que continuem a produzir mais e o mais barato possível, de modo a conseguir competir com o mercado estrangeiro, que não tem de cumprir com restrições de produção e medidas climáticas. Sentem-se por isso colocados numa situação impossível.

Referem ainda que **estas medidas tornaram o setor agrícola europeu menos competitivo face às importações estrangeiras e que há demasiada administração e**

regulamentação da União.

Apesar de o descontentamento ser partilhado por todos os agricultores europeus, não é fácil considerar estas manifestações como um protesto unificado, já que vários dos estímulos para o início dos protestos foram reformas nacionais. Por isso, as principais preocupações dos agricultores variam de país para país.

Os agricultores alemães, por exemplo, protestam contra os cortes governamentais nos subsídios ao gasóleo, que dizem ser suscetíveis de os levar à falência, mas os agricultores franceses reivindicam não só a flexibilização da PAC, mas também melhores salários, menos burocracia, clareza nas políticas públicas e mais proteção contra a concorrência estrangeira. Nos Países Baixos, os agricultores revoltam-se contra a obrigação de reduzir as emissões de azoto, e em Espanha pedem soluções para lidar com os problemas decorrentes da seca, da guerra na Ucrânia, das medidas da PAC e das várias questões laborais.

Em Portugal, os agricultores criticam as ações do Governo, acusando-o de se esquecer do setor agrícola, e defendendo que o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum ("PEPAC") deve ser adaptado às necessidades do mundo rural. Os cortes de 35% no pagamento de apoios aos eco-regimes de agricultura biológica e de 25% na produção integrada, dias antes do prazo para serem efetivados, desencadearam os protestos no país. Apesar de o Governo ter avançado com um pacote de apoio ao rendimento dos agricultores no valor de mais de 400 milhões de euros, destinados a mitigar o impacto provocado pela seca e a reforçar o PEPAC, a contestação na rua mantém-se.

Há, ainda assim, várias queixas comuns a todos os agricultores europeus, nomeadamente no que diz respeito às novas regras da PAC que implicam restrições de produção para cumprir metas climáticas, e ainda quanto à proposta da Comissão Europeia que visa diminuir para metade o uso de pesticidas na agricultura até 2030, parte central da legislação ambiental europeia. Os agricultores defendem que estas medidas facilitam a concorrência desleal e criam um mercado desregulado, com a importação a ser feita maioritariamente a países terceiros, como a Ucrânia, a um preço muito mais baixo.

A guerra na Ucrânia também trouxe profundo descontentamento a vários agricultores europeus.

Na Polónia, os protestos têm-se concentrado na fronteira junto à Ucrânia, exigindo políticas de proteção contra as importações de produtos agrícolas ucranianos mais baratos, enquanto na Roménia os agricultores reivindicam impostos mais baixos e subsídios para o setor. Na Bulgária, o setor tem-se manifestado contra a falta de apoio face ao aumento dos custos de produção e às baixas margens de lucro, e também contra as regulamentações ecológicas da UE, que beneficiam os produtos ucranianos face a produtos europeus cada vez mais caros.

Por todos estes motivos, duas questões atravessam as cabeças dos agricultores um pouco por toda a Europa: como poderão produzir mais enquanto combatem as alterações climáticas? Como evitar a concorrência desleal de países estrangeiros?

Agricultores europeus isentos de algumas regras da União

No dia 13 de fevereiro de 2024, a Comissão Europeia adotou oficialmente um Regulamento de Execução que concede aos agricultores europeus uma isenção parcial da regra relativa às terras em pousio. O Regulamento entrou em vigor em 14 de fevereiro e será aplicado retroativamente a partir de 1 de janeiro, durante um ano.

A isenção parcial proporciona uma maior flexibilidade, tal como solicitado pelos Estados-membros, a fim de melhor responder aos desafios que os agricultores da UE enfrentam.

Uma das BCAA exige, como vimos, que uma proporção mínima das terras aráveis seja consagrada a superfícies ou elementos não produtivos. A Comissão Europeia previu a possibilidade de os agricultores da UE ficarem isentos deste requisito e continuarem a ser elegíveis para o seu pagamento direto de base ao abrigo da PAC. Além disso, a Presidente da Comissão Europeia, Úrsula Von der Leyen, anunciou a retirada da proposta de reduzir para metade a utilização de pesticidas na agricultura até 2030.

Estas e outras medidas por parte da Comissão, que tendem a “congelar” ou até a suspender, como no caso dos pesticidas, medidas, nomeadamente no âmbito da Europa verde, consideradas gravosas para muitos setores e nocivas no que respeita à avaliação da opinião pública europeia, têm sido consideradas por comentadores e analistas como uma forma de aliviar a pressão em ano de eleições europeias (sobre a própria Ursula van der Leyen, candidata à reeleição).

As propostas da Comissão foram pensadas de forma a manter o balanço entre o bem-estar dos agricultores e a proteção da biodiversidade e qualidade do solo. Como defendeu Úrsula Von der Leyen, *“A medida hoje adotada oferece flexibilidade adicional aos agricultores numa altura em que enfrentam múltiplos desafios. Continuaremos a dialogar com os nossos agricultores para assegurar que a PAC estabelece o equilíbrio certo entre dar resposta às suas necessidades e continuar a fornecer bens públicos aos nossos cidadãos”*.

Veremos se, neste como noutros domínios, a Comissão – e a União Europeia em geral -, sob a pressão dos protestos e do descontentamento, não se verão obrigados a recuar.

A Cruz Vilaça Advogados continuará a acompanhar de perto estes acontecimentos e a dar as explicações que podem permitir uma melhor compreensão destes assuntos à luz do direito, da economia e das distintas políticas europeias.